

Programa de proteção a órfãos de feminicídio é referência nacional

Vicente Aquino | Prefeitura de Cuiabá



Durante visita a Cuiabá, a ministra da Mulher, Cristiane Britto, elogiou o projeto Solidariedade em Ação, idealizado pelo Núcleo de Apoio à Primeira-dama Márcia Pinheiro, que engloba as Secretarias de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência e da Mulher. A ação irá transferir meio salário mínimo a crianças órfãs em razão de feminicídios. Segundo a ministra, o projeto pode servir como piloto e modelo para o Plano Nacional de Combate ao Feminicídio, que vem sendo desenvolvido pelo Ministério. A iniciativa adotada pela Prefeitura de Cuiabá é pioneira no país e já está atendendo 8 crianças, mas o objetivo é chegar a 20 ainda este ano

PÁG. 8

Gilberto Leite



Mulheres e mães ganham incentivo à qualificação e empreendedorismo

As mulheres e futuras mães mato-grossenses terão a oportunidade de mudar de vida através do Programa Qualifica Mulher e do Programa Mães do Brasil. Nesta quinta-feira, 4 de maio, a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Cristiane Rodrigues Brito, esteve em Cuiabá para o lançamento dos projetos. Voltada à capacitação profissional e à empregabilidade, a iniciativa conta com o apoio dos governos estadual e municipal. "Sabemos que 45% das famílias são chefiadas por mulheres, [o programa] é uma forma de alavancar a economia do nosso país. Em um ano de pandemia, nós investimos 40 milhões e atendemos 100 mil mulheres. É com muita satisfação que Mato Grosso agora faz parte dessa ação", disse a ministra

PÁG. 6

MT quer empréstimo de R\$ 200 milhões

O governador Mauro Mendes (União) encaminhou um projeto de lei à Assembleia Legislativa pedindo autorização para contrair um empréstimo de até 40 milhões de dólares, cerca de R\$ 200 milhões, junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). A proposta já recebeu parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária (CFAEO). No entanto, não chegou a ser votada devido a pedido de vista dos deputados Carlos Avallone (PSDB) e Lúdio Cabral (PT)

PÁG. 5

Deputada vê chacota em filiação de Tigresa

Um áudio que circulou no final de semana mostra que a deputada federal Rosa Neide (PT) se posiciona contrária à filiação de Ester Caroline Pessato, mais conhecida como 'Tigresa Vip', ao partido. Seu ingresso ao partido ganhou repercussão nas redes sociais e, logo após isso, a Comissão Executiva Estadual do PT decidiu, por maioria, removê-la da lista de filiados no dia 20 de abril. Na mensagem enviada aos membros do diretório estadual, a deputada cita que alertou a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, sobre a entrada de Ester no partido

PÁG. 3

TCU manda suspender obras do BRT

O ministro Aroldo Cedraz, do Tribunal de Contas da União (TCU), determinou que o governo do Estado suspenda todos os procedimentos administrativos relacionados à troca do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) para o modal de Ônibus de Trânsito Rápido (BRT, na sigla em inglês). A decisão atende

pedido feito pelo prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro, em dezembro de 2021. O município alegou irregularidades no processo de troca do modal de transporte, pois a decisão teria sido tomada de forma unilateral

PÁG. 3

Cuiabá tem todos os bairros com alto risco de transmissão de dengue

O boletim epidemiológico, divulgado pela Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso, informa que 339 casos de dengue foram confirmados em Cuiabá até a 16ª semana de 2022. Uma queda de 1,74% em relação ao ano anterior, que no mesmo período registrou 345 casos. A queda, quase que insignificante, ainda deixa a capital em alerta, uma vez que todos os bairros estão classificados com Alto Risco de transmissão da doença. De norte a sul e de leste a oeste, foram encontradas larvas do mosquito da dengue

PÁG. 6



Paulo H. Carvalho / Agência Brasília

Medeiros vota contra piso da enfermagem

Após prometer que apoiaria o projeto de lei nº 2.564/2020, que trata do piso salarial da enfermagem, o deputado federal José Medeiros (PL) votou contra a aprovação da matéria na noite de quarta-feira, 4 de maio. Ainda assim, o texto foi apro-

vado. O texto aprovado foi proposto pelo senador Fabiano Contarato (PT-ES) e estipula que o salário mínimo inicial para os enfermeiros será de R\$ 4.750 em todo o país, tanto em hospitais públicos quanto privados

PÁG. 5

EDITORIAL

A herança maldita

O pacote de bondades eleitorais preparado pela equipe do presidente Jair Bolsonaro (PL) aos poucos se transforma em uma herança maldita para quem assumir o Palácio do Planalto após as eleições deste ano. A conta já soma R\$ 82 bilhões apenas em despesas do governo - R\$ 41 bilhões da parcela extra do Auxílio Brasil, R\$ 12 bilhões do reajuste dos servidores, R\$ 1,9 bilhão do auxílio-gás e R\$ 27,4 bilhões de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) -, mas há quem queira estendê-la ainda mais.

Diversas iniciativas ainda estão em gestação pode ele-

var substancialmente esse valor, tanto por meio de recursos do governo quanto pelo uso de suas atribuições ou de seus aliados. É o caso, por exemplo, da tentativa de adiamento dos reajustes da energia elétrica para 2023, numa tentativa de reduzir o peso da inflação sobre o debate eleitoral. Ou a tentativa do governo em subsidiar o diesel para caminhoneiros, por meio do Auxílio Brasil.

Vale lembrar ainda que há uma tentativa, cada vez mais distante, de reajustar a tabela do imposto de renda usando a 'margem livre' da meta fiscal deste ano, que já prevê um déficit de R\$ 170 bilhões.

'Especialistas' do governo dizem que há cerca de R\$ 10 a R\$ 20 bilhões nessa margem que ainda podem ser usados para o reajuste do IR, uma das promessas de campanha de Bolsonaro em 2018.

Essas medidas eleitoreiras chegam sempre por meio de improvisos, o que eleva o potencial destrutivo dessa bomba fiscal. Fica cada vez mais claro que o governo não tem um plano, nem metas ou programas articulados corretamente para promover a saúde fiscal da nação. Aumenta as despesas ao mesmo tempo em que reduz a base de arrecadação, um malabarismo matemático que não tem condições de se sustentar em longo prazo.

Algumas dessas iniciativas são defensáveis, como o paga-

mento de auxílio-gás às famílias mais pobres, uma política totalmente necessária nesses tempos em que o botijão custa mais de 10% do valor do salário mínimo. Outras, porém, são frutos de ações atabalhoadas, como o reajuste dos servidores públicos federais, que só surgiu devido ao voluntarismo do presidente em propor reajuste às Forças Policiais. Sentindo-se excluídos, os demais servidores cobraram seus direitos e o reajuste precisou ser ampliado.

O desarranjo fiscal deixado pelo governo atual não deve encontrar condições econômicas para ser corrigido, visto que as projeções atuais apontam que a economia brasileira deve crescer míseros 1% em 2023, além de conviver com o

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

ANS - n.º 34208-4

peso da inflação elevada. Além disso, o alto patamar da taxa básica de juros, a Selic - atualmente em 12,75% - deve frear novos investimentos e dificultar o crescimento econômico.

Quem assumir o Executivo Federal no próximo ano terá em suas mãos uma pesada bomba para desarmar e certamente terá dificuldades para viabilizar seu plano de governo. Isso se tiver um plano.

A Lacração

Lourembergue Alves (*)

Coerência e incoerência. Palavras não ditas, ou raramente pronunciadas, porém, seus significados são corriqueiros, usuais. Inexiste um só instante em que não se possa identificá-los. Estão presentes em falas nas redes sociais, em ações de governantes e em gestos dos agentes políticos. Por mais que tenham pessoas que querem escondê-los. Torná-los invisíveis. Mesmo assim, claro, os significados e seus resultados se afluam, tais como as borbulhas na nascente do corgo, com suas águas de tão alvas pode se ver ao fundo, as pedrinhas em formato de estrelas. Escondê-los, seria, portanto, tarefa impossível. Até por conta da pororoca de desavenças. Abrupta e destruidora, perigosa à navegação das disputas eleitorais, cujos interesses estão longe de serem os mesmos da coletividade. Saltam aos olhos os desejos de eleitores-torcedores, e, como ondas em tempos de cheias, fazem transbordar açudes, lagoas e riacho de conversas, impregnados além das margens, embebedando tudo que tem pela frente. Senhoreiam do

tudo, e, deste tudo, nada resta para quem se recusa a empunhar a bandeira de "A", "B" ou "C". Blindam as passagens, veda às entradas, fresta alguma pode ser encontrada.

Vive-se desacompanhado de opções, ainda que o cotidiano do viver traga o sol de escolhas, cujos raios foram afetados pela barragem erguida no meio do rio. O que impede a luz de alcançar toda a sua extensão, acobertada então pelos lençóis de lavagem cerebral, com as correntezas que imbecilizam e apagam a memória. Correntezas que passaram ao léu, longe do olhar de Bem Shapiro (colunista de direita e estadunidense), já que se valia de um binóculo de alcance bastante limitado, a exemplo de muitos, cuja miopia mal permite chegar às dobras, retas e sinuosidades do córrego, que antes contornava e agora, com a crescente expansão, rasga ao meio a urbanidade. E permite maior visão ao Grande irmão, extraído de "1984", de George Orwell. Assim, em cenário distinto, em meio à expansão das redes sociais, se dá todo o trabalho policiaisco, de vigia, que vinha da outra margem, com o vento de suas passadas tentando apagar os

atos e os feitos científicos, enquanto a mentira se sobrepõe a verdade. Esta se vê jogada ao escaninho, espremido a um dos cantos do sótão, ou vendida por algo banal, sem importância, ao passo que aquela se veste de outra maneira, mais sedutora que nunca, capaz de fazer a cabeça de quem quer que seja, sobre a pia batismal da ignorância, com o púlpito como extensão do palanque eleitoral, ainda que sob o mormaço da laicização, em desfile de carro-alegórico da evangelização.

Rasga-se tudo. A ordem tem a cara de desordem, e a desordem, negociada como se fosse o melhor dos mundos, mesmo com o cristal dos poderes todo trincado, por força das passadas trogloditas da grosseria e da falta de compostura, ainda assim ovacionada, cujo eco ganha a dimensão inimaginável, e faz do real o irreal, e este como a mais pura das realidades. Tem-se uma inversão das coisas. Inclusive por quem menos se esperava. Afinal, vendia a imagem de bom-mocinho, samaritano, agora deixado de lado, enquanto o seu verdadeiro EU se mostra por inteiro, sem se importar em ser piegas, uma vez que crê que o Covid-19

nasceu em laboratório chinês. Imediatamente, transformado em vírus da mídia, com o qual, no dizer dele, amedrontou a população, que pisa em uma "terra plana".

Deus meu! Crença ingênua alimentada pela fonte do lisenkoísmo, com o descortinar das correntezas de versões fictícias, da falsidade, em meio às águas bravias do contorcimento retórico, responsável pelo escudo da descriminalização, mesmo que existam enfoques antagônicos ao nível do leque dos fatos. Tudo isso sem um pingão de remorso, de sentimento pelas vidas ceifadas, que provocaram feridas enormes no seio das famílias. De repente, um trovão. Silêncio! Proliferam-se as lacrações. Fecham-se os muros. Enclaves são construídos. Constroem-nos com tijolos, assentados a argamassa da intolerância. Dura realidade! É isto.

LOUREMBERGUE ALVES É PROFESSOR UNIVERSITÁRIO E ANALISTA POLÍTICO.



Segura seu voto

José Antonio Lemos (*)

Faltando 6 meses para as próximas eleições algumas candidaturas aos diversos cargos já se consolidam, enquanto outras se esfumam ante a dura realidade da política.

Surgem os primeiros adesivos nos carros, ainda discretos e cautelosos pelos prazos da legislação eleitoral. A regra principalmente para os novatos é começar cedo para "beber água limpa", isto é chegar nos eleitores antes que eles se comprometam com outros eventuais candidatos.

De um modo geral começam buscando familiares, colegas de trabalho, velhos colegas dos bancos escolares (até então esquecidos), amigos, em suma, aquele conjunto potencialmente formador do que seria seu capital político pessoal.

Com base nesses laços pessoais de diversos tipos acabam arrancando compromissos amarrados em "fios de bigode" de difícil escapatória futura. A meio ano das eleições, muitos desses compromissos são sacramentados sem pensar muito, às

vezes para encurtar uma conversa chata, ou para não ser desagradável. Aí mora o perigo.

A reforma eleitoral aguardada como a "mãe de todas as reformas", por enquanto tem vindo à conta gotas, para melhor ou pior. Lembra a história da montanha parindo um rato, no caso um ratinho a cada eleição.

Para estas eleições de 2022 a principal novidade é o fim das chamadas "coligações", que não deixarão saudades. Em seu lugar chegaram as "federações", que é quase a mesma coisa, só que exigindo um prazo mínimo 4 anos para os partidos confederados permanecerem unidos. Esta alteração traz uma esperança de redução no número de partidos políticos hoje existentes. Por isso mesmo desconfio que está boa novidade terá vida curta. Talvez até menos que os 4 anos.

Em relação ao voto em si quase tudo ficou como antes, neste ano abrangendo as escolhas para deputado estadual e federal em eleições proporcionais, e para senador, governador e presidente da República em eleições majoritárias.

Como sabemos no Brasil temos 2 tipos de eleição, majoritária e proporcional, como nas democracias mais avançadas do mundo, a privilegiando o candidato individual e a outra a proporção das diversas correntes ideológico-partidárias no eleitorado. Sabemos que existem os dois tipos, mas não sabemos bem a diferença de uma para outra, a maioria pensando até que são iguais.

O voto majoritário é simples, vence o candidato que tiver mais votos. Já o voto proporcional não é tão simples assim. Nelas o candidato é escolhido dentre os disponibilizados em listas montadas habilmente pelos partidos ou federações, sendo eleitos apenas os mais votados, de acordo com o total de votos que as listas de cada partido ou federação tenham obtido.

Contando, inclusive, os votos dos não eleitos. Assim, você pode votar em um candidato e eleger outro. E esta é a beleza universal das eleições proporcionais, todos trabalhando por todos de uma mesma lista. Menos no Brasil pois nem seu funcionamento é explicado ao povo e nem as listas são

facilitadas ao eleitor comum.

Votando em listas desconhecidas, o eleitor escolhe um candidato que considera bom e pode eleger um que talvez quisesse banido da vida pública. Assim são mantidos aqueles eternos caciques, a maioria destes eleitos com votos dos não-eleitos.

O povo é enganado no seu próprio voto, elegendo e legitimando muitos que não gostaria de ver eleitos ou reeleitos e fica com a fama de não saber votar.

O coitado é ludibriado, paga a conta e ainda leva a culpa. Importante é não se comprometer com algum pré-candidato nas proporcionais e esperar que os TSE's divulguem oficialmente as listas dos candidatos por partidos ou federações. Enquanto isso, segure seus votos nas proporcionais.

JOSÉ ANTONIO LEMOS DOS SANTOS é arquiteto e urbanista, membro da AAU/MT e professor aposentado.



Motivação nos estudos

Francisney Liberato (*)

A questão da motivação é extremamente importante para o estudante que deseja passar em concursos. Cada ser humano tem as suas características, dificuldades e desafios para vencer nesta vida.

A palavra motivação é dividida em duas partes. A primeira é o motivo e a segunda é a ação. Para ser aprovado em um certame é indispensável que você saiba quais são os seus motivos e fundamentos para lhe manter focado e desejando aprovação, além disso, você não pode ficar na inércia, é necessário planejar e agir para conseguir conquistar os seus objetivos e sonhos que, neste caso, são a aprovação do concurso.

Aja! Mesmo que não consiga atingir os objetivos como está consignado nas palavras

do fundador do Facebook, Mark Zuckerberg: "É melhor você tentar algo, vê-lo não funcionar e aprender com isso, do que não fazer nada".

Um dos pilares da inteligência emocional é a automotivação que, em outras palavras, quer dizer que devemos gerar uma motivação interna, para que possamos conseguir e conquistar os sonhos e objetivos externos. Ter automotivação lhe capacita a atingir os seus objetivos, uma vez que a vida de cada ser humano possui altos e baixos.

A vida de um estudante precisa ter o ingrediente da motivação, uma vez que muitos candidatos já prestaram concursos públicos e até hoje não lograram êxito; outros têm medo de se inscrever num concurso público; outros entendem que é melhor trabalhar do que estudar; já outros, desejam estudar, mas ainda não há

perspectivas da publicação do edital, uma vez que estamos em um mundo com crises e com a sombra da pandemia.

Sem motivação não temos forças para realizar os sonhos. Você precisa de muita motivação! Para se motivar, saiba cuidar do seu "eu", cuidar de você. E para se manter motivado, sugiro a leitura dos meus livros "Mude sua vida em 50 dias" e "A arte de ser feliz".

Quais são as suas verdadeiras motivações para ser aprovado em um concurso público? O que acontecerá se você passar em um certame? Terá uma vida melhor? Estabilidade no emprego e qualidade de vida? Com a aprovação, poderá proporcionar uma vida melhor para os seus familiares?

Sequemos algumas motivações, as quais eu julgo que não sejam as mais adequadas para uma preparação de concurso público: "quero ser aprovado para as pessoas olharem para mim e dizer que eu sou bom"; "o que me interessa é o salário e a estabilidade"; "caso aprovado, farei o meu trabalho de qualquer jeito", enfim.

Por outro lado, temos algumas motivações que podem servir como base para alimentar positivamente a sua vida: "o meu desejo é servir o povo"; "quero proporcionar um trabalho de qualidade e com agilidade"; "desejo oferecer uma qualidade de vida melhor para a minha família", "quero ter dinheiro para ajudar as pessoas" etc.

A motivação pode estar atrelada a vários aspectos da nossa vida: família, riqueza (lembre-se da carreira e do holerite que receberá), bens, tempo, Deus, ajudar o próximo, resolver problemas, segurança, pessoas (esteja próximo de pessoas que te influenciam para estudar e crescer na vida), realizar sonhos e objetivos e outros.

O escritor William Douglas nos ensina sobre a motivação da seguinte forma: "O ser humano age basicamente por duas motivações primárias: obtenção de prazer ou fuga da dor. Quando alguém deixa de saborear uma apetitosa salsinha, pode estar querendo evitar a dor de engordar; quando a saboreia, está buscando o prazer

do paladar. Há pessoas que estudam para evitar dor (nota baixa, reprovação, fracasso) e pessoas que estudam para obter prazer (aprender, saber, acertar, crescer, ter sucesso na prova etc.). Embora o objetivo seja o mesmo (estudar), a motivação pode ser completamente diferente. Acontece que, comprovado em 23 anos de estudo e experiência, mesmo com um objetivo idêntico (por exemplo, passar no vestibular ou concurso público), o desempenho de quem tem motivação positiva (buscar prazer) é bastante superior ao daquele que atua por motivação negativa (evitar dor)".

Não importa o cenário em que você se encontra, é relevante que você tenha consciência de que tem motivação, isto é, saber por que você deseja ser aprovado em um concurso público vai lhe conceder energia e força para agir rumo aos seus objetivos.

Que possamos ter a certeza de que o resultado chegará, cedo ou tarde, isto é, no tempo certo, desde que você faça a sua parte, conforme as palavras da palestrante Bel Pesce: "Tudo é possível se você se dedicar de cabeça e coração".

FRANCISNEY LIBERATO é Auditor do Tribunal de Contas. Escritor, Palestrante, Professor, Coach e Mentor. Mestre em Educação pela University of Florida. Doutor em Filosofia Universal Ph.I. Honoris Causa. Bacharel em Administração, Bacharel em Ciências Contábeis (CRC-MT) e Bacharel em Direito (OAB-MT). Vice-presidente da Associação Brasileira dos Profissionais da Contabilidade - ABRAPCON. Membro da Academia Mundial de Letras. Autor dos Livros: "Mude sua vida em 50 dias", "Como falar em público com eficiência", "A arte de ser feliz", "Singularidade", "Autocontrole", "Fenomenal", "Reinventar sua vida" e "Como passar em concursos - Vol. 1 e 2", "Como falar em público com excelência", "Legado" e "Liderança", defensora pública estadual.



Jornal
IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

NOVELA SEM FIM

Atendendo a pedido do prefeito Emanuel Pinheiro, ministro aponta que houve 'açodamento' durante a licitação do modal e quer revisar o processo

TCU manda suspender obras do BRT

Divulgação

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888**FARMÁCIA**
Unimed
Cuiabá**Da redação**

O ministro Aroldo Cedraz, do Tribunal de Contas da União (TCU), determinou que o governo do Estado suspenda todos os procedimentos administrativos relacionados à troca do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) para o modal de Ônibus de Trânsito Rápido (BRT, na sigla em inglês). A decisão atende pedido feito pelo prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro, em dezembro de 2021.

O município alegou irregularidades no processo de troca do modal de transporte, já que a decisão teria sido tomada de forma unilateral, sem ouvir o Grupo de Trabalho Mobilidade de Cuiabá. O município

também alegou que o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) não foi 'conclusivo' o suficiente para embasar a decisão.

No mérito, a Prefeitura pede que seja elaborado um "EVTEA suficiente, adequado, robusto e exauriente, que deverá inclusive contar na sua elaboração com a participação dos municípios afetados pela execução da obra (governança interfederativa) bem como de toda a população interessada (democracia participativa)".

O ministro-relator também afirma que houve "açodamento" durante a realização da licitação, com o objetivo de sair da jurisdição do TCU. A alegação apresentada pelo Governo do Estado, segundo o relator, foi de que essa seria a etapa final para a concretização de um 'vultoso investimento'.

Além disso, o governo do Estado também argumenta que a questão foge da competência do TCU, pois já pagou de forma antecipada o



Na decisão, ministro do TCU aponta que grupo de trabalho 'Mobilidade Cuiabá' apontou riscos maiores com a opção pelo BRT

empréstimo feito junto à Caixa Econômica Federal, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), para a construção do VLT.

A decisão liminar foi proferida sem ouvir o governo do Estado, sob a alegação de que, caso os procedimentos prosseguissem, o Tribunal de Contas da União não teria tempo hábil "para examinar detalhadamente

os possíveis vícios e em pormenor o desatendimento de toda a legislação de regência".

"Diante do exposto, defiro, com fundamento no art. 276 do Regimento Interno/TCU, o pedido de medida cautelar, sem prévia oitiva da parte, e determino ao Governo do Estado de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura Logística/SINFRA, que suspenda

todos os procedimentos administrativos tendentes à alteração do modal de VLT para BRT", diz a decisão.

O TCU deu prazo de 15 dias para que a Secretaria de Infraestrutura (Sinfra) se pronuncie sobre o assunto.

A LICITAÇÃO - O processo de licitação do BRT foi finalizado em abril, com a vitória do Consórcio Construtor BRT Cuiabá, que apre-

sentou proposta de R\$ 468.031.500. A licitação para implantação do BRT foi realizada pela Sinfra-MT na modalidade de Regime Diferenciado de Contratação Integrada (RDCi), na qual a empresa vencedora será responsável pela elaboração dos projetos básicos e executivos de engenharia, de desapropriação, obtenção de licenças, outorgas, aprovações e execução das obras.

CPI DO LEITE**Secretário e presidente do Indea são chamados a depor****Da redação**

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura possíveis infrações de ordem econômica na cadeia produtiva do leite e seus derivados em Mato Grosso, a CPI do Leite, começou a fase de oitivas na quarta-feira, 04 de maio.

O secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Cesar Miranda, e a presidente do Instituto de Defesa Agropecuária (Indea), Emanuelle Gonçalves de Almeida, serão os primeiros ouvidos pelos membros da comissão.

Segundo o presidente da CPI, deputado Gil-

berto Cattani (PL), a intenção é que os gestores tragam esclarecimentos sobre os problemas existentes na cadeia leiteira do estado. "São autoridades que vão poder nos ajudar a entender o motivo de o produtor, em especial o pequeno, ser pago com um preço justo sobre seu leite. Eu sempre comparo que uma dose de cachaça custa dois litros de leite", explicou.

Também serão ouvidos pela comissão o superintendente do Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea), Cleiton Gauer; o presidente da Associação dos Produtores de Leite do Estado de Mato Gros-

so (Aproleite-MT), Dolor de Figueiredo Neto; o presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras de Mato Grosso (OCB-MT), Onofre de Souza Filho; o presidente do Conselho Paritário de Produtores e Indústrias de Leite em Mato Grosso (Conseleite-MT), Antonio Bornelli Filho; o presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios de Mato Grosso (Sindilat-MT), Leonir Chaves; e a pesquisadora do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), Natalia Grigol.

A CPI do Leite foi instaurada em março deste ano.

RECURSO NEGADO**TJ mantém decreto que criou Parque de Ricardo Franco****Da redação**

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, por meio da 2ª Câmara de Direito Público e Coletivo, manteve, em recurso de apelação, a decisão proferida nos autos de uma ação popular que reconhece a inexistência de ilegalidade e/ou lesividade ao patrimônio público do decreto estadual nº 1.796/1997, que institui o Parque Estadual Serra Ricardo Franco.

Durante o julgamento, realizado no dia 26 de abril, foi rejeitada a prejudicial de caducidade do decreto e, no mérito, foi negado provimento ao recurso de apelação.

De acordo com informações da Procuradoria Especializada Ambiental e da Ordem Urbanística, o recurso de apelação foi interposto por Dilson Ferreira Coelho. A decisão contrária ao recurso acompanhou o voto da 2ª vogal, desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, seguida pelos votos dos desembargadores Márcio Vidal e Maria Erotides Kneip, vencidos o relator convocado Gilberto Lopes Bussiki e o 1º vogal convocado Edson Dias Reis.

O posicionamento da 2ª Câmara de Direito Público e Coletivo seguiu a mesma linha defendida pelo procurador

de Justiça Luiz Alberto Esteves Scaloppe em parecer ministerial.

O procurador de Justiça enfatizou que o simples fato da área estar situada em faixa de fronteira não confere a ela o caráter de área devoluta, "tampouco autoriza a sua inserção no rol de bens pertencentes à União". Acrescentou ainda que a alegação do apelante careceu de prova, "tendo em vista que não trouxe aos autos elementos que se prestassem a comprovar que as áreas englobadas pelo Parque Estadual Serra Ricardo Franco, de fato, integram faixa de fronteira em sua totalidade".

'TRETA PETISTA'**Deputada compara filiação de Tigresa Vip a chacota**

Gilberto Leite

Da redação

Um áudio que circulou no final de semana mostra que a deputada federal Rosa Neide (PT) se posiciona contrária à filiação de Ester Caroline Pessato, mais conhecida como Tigresa Vip, ao partido.

Seu ingresso ao partido ganhou repercussão nas redes sociais e, logo após isso, a Comissão Executiva Estadual do PT decidiu, por maioria, removê-la da lista de filiados no dia 20 de abril.

Em nota enviada para o Diretório de Alta Floresta, o presidente do PT em Mato Grosso, deputado Valdir Barranco, disse que quando consultou o presidente da sigla em Barão de Melgaço, Rogério Alencar, foi informado que ele

soube da filiação pela imprensa.

Na mensagem que foi enviada aos membros do diretório estadual da sigla, a deputada cita que encaminhou um vídeo e texto à presidente nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann, colocando seu posicionamento sobre a entrada de Ester no partido.

"Quero comunicar a todos que fiz o comunicado. Se é para fazer campanha política sendo chacota para o país, não estou disposta", disse a deputada.

"Já enviei para a presidenta e espero que segunda-feira o deputado Valdir Barranco, nosso presidente, e o restante da Executiva do partido possa fazer a reunião e discutir a questão antes de seja tarde demais", acrescentou.

Esse episódio causou imbróglia no PT, além de ter dividido sua base, já que parte repudiou a decisão da diretoria de Mato Grosso.

O advogado Paulo Lemes, que faz a defesa de Ester, falou que ela fez sua inscrição no partido pela internet e que o ato não foi impugnado, sendo emitido número de filiação. Em sua avaliação, o ato foi discriminatório e ele estuda a possibilidade de representar contra os dirigentes do PT.

Outro lado - Em nota pública, a assessoria da deputada cita que ela está filiada ao partido há 40 anos e que, durante esse período, nunca desrespeitou qualquer de suas decisões. Ressalta o compromisso ético e democrático da parlamentar com a legenda.



"Se é para fazer campanha política sendo chacota para o país, não estou disposta", disse Rosa Neide

RIO PRESERVADO

Texto foi aprovado em sessão tumultuada, com vaias da população aos deputados contrários, e segue para a sanção do governador

AL proíbe PCHs no Rio Cuiabá

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Da redação

A Assembleia Legislativa aprovou na sessão ordinária de quarta-feira, 4 de maio, o projeto de lei que proíbe a construção de Usinas Hidrelétricas (UHEs) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em toda extensão do Rio Cuiabá. A sessão foi bastante tumultuada, com vaias de populares aos parlamentares contrários à matéria, e precisou ser suspensa.

Com 12 votos favoráveis e duas abstenções, dos deputados Janaina Riva (MDB) e Pedro Satélite (PSD), a proposta foi aprovada em segunda votação e segue para sanção do governador Mauro Mendes (União).

Inicialmente, a Comissão de Constituição,

Justiça e Redação (CCJR) emitiu parecer oral favorável, diferente do que havia sido adiantado pelo líder do governo, deputado Dilmar Dal Bosco (União).

Em seguida, o autor do projeto, Wilson Santos (PSD), defendeu o projeto alegando que a energia solar é o melhor caminho para o estado e para o meio ambiente.

“Nós temos em Mato Grosso 10 sóis para cada mato-grossense. Uma das razões da grande produção agrícola no estado é a luminosidade em Mato Grosso, que é muito maior do que a dos estados do Sul. A energia solar não destrói rios, não desaloja ribeirinhos, não reduz estoque pesqueiro, não agride a natureza e não compromete, especialmente, o Pantanal mato-grossense”, disse.

Wilson ainda comentou que a proposta não tramitou de forma tão “pacífica” no Legislativo, explicando que houve muita “conversa atravessada, muito recado” e que algumas pessoas acharam que os deputados têm preço.

Contrário à proibição, o deputado Gilberto Cattani (PL) destacou que o projeto é inconstitucional, pois legislar sobre o meio ambiente compete ao Congresso Nacional, não à Assembleia Legislativa. A fala de Cattani foi reprovada por populares que acompanham a sessão, que vaiaram o parlamentar.

“Cada um de vocês usam a energia 24 horas por dia de uma hidrelétrica. Se desligassem ela, vocês estariam sem energia”, retrucou o deputado.

Cattani chegou a pedir vista do projeto para tentar adiar sua votação, mas o deputado Lúcio Cabral (PT) lembrou que o adiamento da votação não poderia acontecer porque a proposta estava em regime de urgência urgentíssima. O petista lembrou que o mesmo trâmite foi usado para aprovar o projeto de lei que proibia a adoção de passaporte vacinal no estado.

O presidente da Assembleia, Eduardo Botelho (UB), suspendeu a sessão por cinco minutos para consultar o re-



Autor do projeto, Wilson defende que estado priorize investimentos em energia solar

gimento interno e o setor jurídico. No retorno, os parlamentares aprovaram a proposta.

O PROJETO - A matéria tramita no Legislativo desde 2019. Ela retornou às discussões no início do ano, após o deputado Wilson Santos criticar a mudança de postura de alguns parlamentares, que antes

eram favoráveis e que agora são contrários ao tema.

Na terça-feira, 03 de maio, o advogado Victor Maizman, consultor jurídico da Maturati Participações, empresa responsável pela construção de PCHs na região, disse que o projeto é inconstitucional e lembrou de um caso

semelhante no município de Macaé, no Rio de Janeiro, em que o Executivo e o Legislativo aprovaram leis que visavam proibir a instalação de usinas hidrelétricas e PCHs na bacia do Rio Macaé. Entretanto, o fato que foi reconhecido como ilegal pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

SEGUE PARA SANÇÃO

AL inclui remédios à base de canabidiol no SUS

Da redação

Em segunda votação, os deputados estaduais aprovaram na sessão ordinária de quarta-feira, 4 de maio, o projeto de lei que disciplina o fornecimento de medicamentos à base de canabidiol pelo sistema público de saúde em Mato Grosso.

Dos parlamentares que estavam presentes na sessão, apenas Sebastião Rezende (União), Elizeu Nascimento (PL)

e Thiago Silva (MDB) votaram contra.

A matéria torna obrigatório o fornecimento de medicamentos à base de substância ativa canabidiol, um dos princípios ativos da maconha, a portadores de diversas patologias crônicas, como câncer e mal de Parkinson.

Os medicamentos só serão fornecidos aos pacientes com receita prescrita por médico (a) devidamente habilita-

do nos termos das normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Conselho Federal de Medicina (CFM).

O autor da proposta, deputado Wilson Santos (PSD), lembra que a Anvisa liberou o uso oral de produtos à base de canabidiol, através da Resolução nº 4.067.

“A decisão de usá-la para tratamento ou alívio dos sintomas de enfermidades terminais

ou debilitantes deve ser individual, pessoal, e sustentada pela análise e recomendação do médico que acompanhe esse paciente”, diz trecho da justificativa do projeto.

Em dezembro do ano passado, o governador Mauro Mendes (União) vetou um projeto semelhante, alegando que a matéria era inconstitucional por ter extrapolado a competência normativa do Executivo, por

legislar sobre proteção e defesa da saúde.

Mas, desta vez, Wilson acredita que conseguirá sensibilizar o governador. Ele cita que Mendes agora tem mais informações sobre o tema.

“O projeto é o mesmo, só aumentou o número de autores, agora também o deputado Lúcio Cabral e o deputado Dr. João são autores junto comigo. Mães de crianças epiléticas, que

chegaram a ter 40 convulsões por dia, fizeram um apelo a ele [Mauro]. Nós vamos preparar uma audiência para que ele tenha o máximo de informações possíveis. Eu tenho certeza que, na hora que ele tiver o conhecimento dos benefícios que essa medicação traz, vai ser sensível à vida e vai sancionar o projeto, se não sancionar a luta continua e eu vou trabalhar para derrubar o veto”, disse Wilson.

‘GABINETE PARALELO’

MP pede ao TSE que mantenha cassação de Bezerra

Da redação

A Procuradoria Regional Eleitoral requereu o não provimento dos recursos apresentados pelo deputado federal Carlos Bezerra e pelo seu partido, o MDB, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Com isso, o órgão defende a manutenção da decisão do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) que, por unanimidade, cassou o mandato do parlamentar por arrecadação e gastos ilícitos de recursos durante as eleições de 2018.

Bezerra e o partido entendem que a decisão precisa ser revista, “haja vista que as falhas contábeis que fundamentaram a rejeição das contas restaram inteiramente superadas pela documentação comprobatória juntada em instrução processual” e que o caso não apresenta relevância jurídica suficiente “para amparar a gravíssima pena de cassação de mandato legitimamente outorgado pela vontade popular”.

No documento, assinado pelo procurador regional eleitoral Erich Raphael Masson, cita que houve, “sem sombra de dúvidas”, o emprego de gabinete paralelo em benefício do então candidato, que também é presidente da sigla em Mato Grosso.

“Além do gabinete ‘oficial’ mantido pelo candidato, que constou em sua prestação de contas, o partido adquiriu, em nome próprio, materiais de publicidade, contratou pessoal, alugou e manteve veículos, inclusive adquirindo combustíveis para seu abastecimento”, diz trecho da manifestação.

O procurador cita que nos autos não há provas de que o partido tenha informado as doações estimáveis em dinheiro em sua prestação de contas. Além disso, ele comenta que é “igualmente certo” que o então candidato omitiu o recebimento de receitas vinda do partido e destinadas à campanha.

“Um órgão partidário pode facilmente desequilibrar a disputa quando atua diretamente nas eleições e o faz em nome próprio, sem prestar as devidas informações à Justiça Eleitoral. Basta observar que o MDB investiu, na campanha eleitoral de 2018, R\$ 2.052.746,09 [...], valor superior ao limite de gastos da maioria das candidaturas”.

“Forte nessas razões, a Procuradoria Regional Eleitoral de Mato Grosso confia na integral manutenção do Acórdão TRE/MT nº 29.354 que acertadamente julgou procedente a representação originária e cassou o diploma de deputado outrora conferido a Carlos Gomes Bezerra”.

CASSAÇÃO - Em abril, por unanimidade, a Corte seguiu parecer do Ministério Público Eleitoral (MPE), que apontou a existência de um ‘gabinete paralelo’ na campanha de Bezerra, para pagar gastos sem declarar na prestação de contas.



Defesa de Bezerra sustenta que falhas contábeis que levaram à cassação já foram superadas

O relator do caso, Gilberto Bussiki, apontou que várias despesas foram omitidas da prestação de contas, incluindo gastos com pessoal, material gráfico e combustíveis.

O MPE ressalta que, durante o julgamento das contas, foi determi-

nado o recolhimento de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, que foram usados sem comprovação ou foram utilizados de forma indevida. Aponta ainda possível omissão de despesas na ordem de R\$ 56,3 mil, além de abastecimentos

realizados em veículos não declarados na prestação.

Além disso, o órgão apontou irregularidades no lançamento de despesas de hospedagem, que eram, em grande maioria, em benefício de pessoas não declaradas na prestação de contas.

DEBATE NA AL

Governo pede autorização da Assembleia para contrair empréstimo de 40 milhões de dólares para modernização da máquina pública

Mauro busca crédito para 'reforma'

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed Cuiabá

Da redação

O governador Mauro Mendes (União) encaminhou um projeto de lei à Assembleia Legislativa pedindo autorização para contrair um empréstimo de até 40 milhões de dólares, cerca de R\$ 200 milhões, junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

A proposta foi lida no plenário na sessão ordinária de quarta-feira, 4 de maio, e recebeu parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária (CFAEO). No entanto, não chegou a ser votada devido a pedido de vista dos deputados Carlos Avallone (PSDB) e Lúdio Cabral (PT).

De acordo com o governo, o valor será aplicado na promoção da "melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, orçamentária e patrimonial da administração pública estadual, por meio de ações que objetivam a redução e a racionalização do gasto público com resultados perenes, de modo a contribuir para a sustentabilidade fiscal do Estado de Mato Grosso".

Na justificativa do projeto, o governador cita que em 2019 equilibrou as contas públicas através de um ajuste fiscal e na modernização administrativa, após um cenário de crise econômica enfrentada no país desde 2014.

Para destacar a mudança, o governo citou a evolução da nota do Executivo na avaliação da capacidade de pagamento, medida pela Secretaria de Tesouro Nacional, que C saltou para A.

"Tais resultados permitem ao Estado de Mato Grosso pleitear operações de crédito



Projeto foi lido na sessão de quarta-feira, mas não foi votado devido a pedido de vistas de Avalone e Lúdio

internos e externas com garantia ou aval da União", diz trecho da propositura.

A intenção do governo é contrair a operação de crédito externa junto ao BIRD, no âmbito do Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público dos Estados e Distrito Federal, o Pró-Gestão.

O Executivo destaca que o programa atende as necessidades do Estado por estar estruturado em três componentes: Sistema de Gestão de Todo o Governo, Sistemas de Gestão em Setores Estratégicos e Gestão do Projeto e das Mudanças.

DISCUSSÕES NA AL - O vice-líder do governo, deputado Wilson

Santos (PSD), destacou a importância do crédito para modernização da máquina pública.

"É um empréstimo que me parece de 40 milhões para modernização da máquina administrativa do estado, especialmente a Secretaria de Planejamento e Gestão, Secretaria de Fazenda, então essas áreas precisam de mais

tecnologia, de mais modernização e o governo está pedindo autorização do legislativo para contrair um pequeno empréstimo", disse.

Ele defendeu a aprovação da matéria alegando que o governo tem uma avaliação positiva na Secretaria do Tesouro Nacional.

"O governo goza de muito crédito. Hoje o governo tem nota A, com nota A na Secretaria de Tesouro Nacional empresta até a lua", comentou.

Um dos deputados que pediram vista, Lúdio falou que adotou a medida para uma análise mais profunda do texto.

"O projeto chegou hoje e já queriam colocá-lo em primeira votação hoje, então pedi vista para analisar o conteúdo parece que é um empréstimo de 40 milhões de dólares, verificar qual é o objeto, prazos, taxas de juros, essas questões todas antes que façamos a votação, mas é estranho um Estado que está com dinheiro sobrando em caixa contrair outro empréstimo", avaliou.

ELEIÇÕES 2022

"Sou soldado do partido", diz Márcia Pinheiro

Da redação

A primeira-dama de Cuiabá, Márcia Pinheiro (PV), revelou que ainda está definido qual o cargo que deverá disputar na eleição deste ano. Em conversa com jornalistas, ela comentou que é "soldado do partido" e que qualquer decisão será tomada depois de muito diálogo com os membros da sigla, visando o melhor para o grupo.

"A partir do momento que você está no partido, você se torna um soldado. Então é uma construção de todos para ver qual é a melhor forma que eu, como mulher, posso construir dentro do partido", disse a primeira-dama.

Márcia comentou que está disposta a disputar qualquer cargo, menos o governo do Estado e

uma cadeira na Câmara Federal. No segundo caso, ela aponta que não quer concorrer contra o seu filho, deputado federal Emanuel Pinheiro Neto, o Emanuelzinho (MDB), que deve buscar a reeleição.

"Essa possibilidade não existe. Jamais. Como é que eu vou competir com meu filho? Não dá, muito pelo contrário, eu tenho que ajudá-lo a voltar para a Câmara Federal", disse.

"Ainda não tem nada definido. Se o partido achar que é conveniente ser uma vice [governadora], se achar necessário que eu saia a estadual ou a senadora, o que for, isso vai ser construído. Eu estou dentro do partido, então eu tenho também que ouvir o que eles querem, no que eu posso contribuir com a população de Cuiabá e

mato-grossense", complementou.

Na última semana, o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) sugeriu aos partidos que compõem a federação de centro-esquerda (PT, PV e PCdoB) o nome de sua esposa como candidata ao Senado Federal. Segundo Emanuel, a sugestão foi apresentada ao grupo político pelo presidente do PV em Mato Grosso, o vice-prefeito José Roberto Stopa.

Ao defender o nome de sua esposa, o prefeito cita que a bancada de Mato Grosso precisa de uma representante mulher no Senado Federal, que apoie pautas mais sociais e que não seja apenas defensora do agronegócio.

Márcia também é cotada para disputar uma vaga na Assembleia Legislativa.



Márcia aponta que está disposta a disputar quase qualquer cargo, de acordo com as necessidades do grupo

QUEBROU A PROMESSA

Medeiros muda e vota contra piso da enfermagem



Medeiros gravou vídeo com enfermeiros prometendo voto favorável, mas votou contra o PL

Gabriel Soares

Após prometer que apoiaria o projeto de lei nº 2.564/2020, que trata do piso salarial da enfermagem, o deputado federal José Medeiros (PL) votou contra a aprovação da matéria na noite de quarta-feira, 4 de maio. Ainda assim, o texto foi aprovado pela maioria da Câmara, com 449 votos favoráveis e apenas 12 contrários.

O texto aprovado foi proposto pelo senador Fabiano Contarato (PT-ES) e estipula que o salário mínimo inicial para os enfermeiros será de R\$ 4.750 em todo o país, tanto em hospitais públicos e quanto em privados. Outras categorias da enfermagem terão

salários proporcionais à formação: técnicos de enfermagem receberão 70% do piso dos enfermeiros, enquanto auxiliares de enfermagem e parteiras devem receber 50% do valor.

Da bancada federal de Mato Grosso, José Medeiros foi o único que votou contra o piso dos enfermeiros. Além dele, foram contrários à proposta os 8 membros do Partido Novo e os deputados Eduardo Bolsonaro (PL-SP), Ricardo Barros (PP-PR) e Kim Kataguirí (União-SP). Eles seguiram orientação da bancada governista durante a votação, que pediu voto contrário à matéria.

A mudança de posicionamento de Medeiros

foi duramente criticada pela categoria. Nas redes sociais, circulam publicações com reclamações contra o parlamentar, acusando-o de trair os enfermeiros após prometer que votaria favorável ao projeto.

"Não representa a classe trabalhadora, sempre votou a favor do patrão. Que digamos não quando vier dar tapinha nas costas do nosso povo. #foramedeiros", diz uma das postagens, compartilhadas em vários grupos de WhatsApp.

O sentimento de revolta é inflamado pelo fato de que Medeiros gravou um vídeo ao lado do vereador Diego Guimarães (Cidadania) e de membros do Sin-

dicato dos Profissionais de Enfermagem de Mato Grosso (Sinpen-MT) afirmando que iria apoiar o projeto.

"Estou aqui com o pessoal que está lutando pela redução da carga horária e também pela reestruturação do piso salarial. A gente sabe que é uma causa que vem há muito tempo eles lutando, já passou no Senado e agora vai para a Câmara. Estou aqui declarando apoio a essa luta, já há muito tempo era para ter sido pautado, estou aqui e quero que todo pessoal de Mato Grosso e do Brasil saiba, sei que é uma luta justa e contem com meu voto", disse Medeiros.

EMPREGO E RENDA

Qualifica Mulher e Mães do Brasil visam dar proteção às gestantes e fomentar o empreendedorismo

MT adere a dois programas com foco na qualificação de mulheres

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Da redação

As mulheres e futuras mães mato-grossenses terão a oportunidade de mudar de vida através do Programa Qualifica Mulher e do Programa Mães do Brasil. A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Cristiane Rodrigues Brito, esteve em Cuiabá para o lançamento dos projetos.

"Sabemos que 45% das famílias são chefiadas por mulheres, [o programa] é uma forma de alavancar a economia do nosso país. Em um ano de pandemia, nós investimos 40 milhões e atendemos 100 mil mulheres. É com muita satisfação que Mato Gros-

so agora faz parte dessa ação", disse Cristiane aos jornalistas no Teatro Zulmira Canavaros, onde ocorreu a cerimônia de lançamento dos programas.

O Qualifica Mulher é um projeto que visa proporcionar condições de trabalho digno e oportunidades de projeção econômica e social as mulheres. Instituída por meio de portaria ministerial (Nº 3.175), a iniciativa conta com três eixos: capacitação, empreendedorismo e articulação em rede.

"O foco é principalmente naquelas mulheres que estão em um ciclo de violência, que dependa financeiramente do agressor, para que ela enxergue no programa uma porta de saída, que consiga sair desse ciclo violento. Nós queremos capacitá-las para que se sintam encorajadas a empreender", explicou a ministra.

Já o programa Mães do Brasil consiste em uma estratégia de proteção integral à gestan-



A ministra Cristiane Brito participou do lançamento do projeto Qualifica Mulher

te e à maternidade, com a proposta de articular e desenvolver políticas públicas voltadas à promoção da dignidade da mulher enquanto mãe.

"Queremos o fortalecimento da família, criar mais oportunidades no Brasil e em Mato Grosso. Essa parceria com o Ministério é muito importante, pois ele foi criado voltado para as mulheres, para lidar com as desigualdades. Mato Grosso recebe a ministra para consolidar essa importante iniciativa", ressaltou o senador Wellington Fagundes (PL).

Neste primeiro momento, não foram informadas quantas vagas, quais cursos ou as maneiras que essas mulheres vão poder se cadastrar para fazer parte dos programas. A expectativa é que as prefeituras reúnam com o governo federal para definir as estratégias futuras.

O evento foi realizado em uma parceria do governo federal, Governo do Estado e Assembleia Legislativa.

DE TODO O BRASIL

MT possui a maior cobertura de fiscalização contra o desmate

Da redação

Mato Grosso é o estado que mais autuou os praticantes de desmate ilegal entre 2019 e 2021, agindo em 41% da área em que foi identificada algum alerta de desmate. O índice de atuação é o maior do país, seguido pelos estados de Minas Gerais (34,6%), São Paulo (26%), Goiás (24,8%), e Pará (9,8%). Os dados são do Monitor de Fiscalização do Desmatamento, lançado pelo Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil (Map-Biomas).

Tasso Azevedo, coordenador do MapBiomas, elogiou Mato Grosso e afirmou que o estado é um exemplo para o restante do país, tanto no enfrentamento aos crimes ambientais como na transparência dos dados.

"É o estado mais avançado em termos de dados disponíveis na plataforma e também está acelerando muito as ações. Se a gente fizesse uma comparação com base na velocidade que as ações estão sendo tomadas neste momento em Mato Grosso, a gente imagina que vá chegar no final do ano

com percentual de alertas que receberam atenção muito maior do que o acumulado até aqui", afirma Azevedo.

A cooperação com a MapBiomas visa fornecer dados e troca de experiências para uma fiscalização mais efetiva, de acordo com o secretário-executivo da Sema-MT, Alex Marena. Segundo ele, a Sema monitora, planeja operações e fiscaliza de modo remoto todo o território estadual, por meio de uma plataforma de monitoramento de satélites Planet, de alta resolução, que entrega

alertas precisos de mudança de vegetação.

"Destacamos que atualmente são atendidos mais de 80% dos alertas dentro do mesmo ano em que ocorreu o crime ambiental. Ao detectar qualquer mudança de vegetação por meio dos alertas estaduais, a Sema envia e-mails e faz ligações para os proprietários de áreas cadastradas, avisando que identificamos o desmate", explica Marena sobre o atendimento dos alertas.

Além disso, o trabalho em campo das equipes de fiscalização é dire-

cionado exatamente nos locais estratégicos, para frear o desmate ilegal, com o embargo da área, multas e a apreensão de maquinários e outros itens. Também há uma parceria com as Forças de Segurança estaduais, Ministérios Públicos Estadual e Federal para a responsabilização de infratores.

"Nos últimos três anos, aumentamos de forma significativa a responsabilização dos crimes ambientais. Entre 2008 e 2018, foram R\$ 2,5 bilhões de multas aplicadas por desmatamento e incêndios. Nos

últimos três anos, entre 2019 e 2021, aplicamos R\$ 4 bilhões. Então nesse período praticamente dobramos o volume de autuações que fizemos nos últimos dez anos", destaca.

O estado alcançou ainda a marca de 38% do desmate legalizado nos três primeiros meses de 2022. Isso representa um avanço pois este índice de legalidade era de cerca de 5% em 2019, ou seja, quase a totalidade do desmate era sem autorização ambiental.

(Com informações da assessoria de imprensa)

CLASSIFICAÇÃO PREOCUPANTE

Alerta: Cuiabá está com alto risco de transmissão da dengue

Da redação

O boletim epidemiológico, divulgado pela Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso, informa que 339 casos de dengue foram confirmados em Cuiabá até a 16ª semana de 2022. Uma queda de 1,74% em relação ao ano anterior, que no mesmo período registrou 345 casos. A queda, quase que insignificante, ainda deixa a capital em alerta, uma vez que todos os bairros estão classificados com Alto Risco de transmissão da doença.

As regiões em classificação de "Alto Risco" para dengue se configuram com incidência maior ou igual a 300 casos por 100 mil habitantes. Além disso, por se tratar de uma doença de notificação compulsória, todos os casos suspeitos de dengue deverão ser notificados e investigados.

Conforme o Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde (Cievs), até o dia 9 de abril, 95.358 casas residenciais foram visitadas pelos agentes de saúde. Destes, 10.134 receberam o tratamento qualificado para a prevenção do mosquito Aedes aegypti.

De norte a sul e de leste a oeste foram encontradas larvas do mosquito da dengue. Os bairros com maior quantidade de larvas encontradas foram Parque Nova Esperança 2, Pedra 90, Jardim Gramado, Dom Aquino, Pedregal, Recanto dos Pássaros, Ribeirão do Lipa, Jardim Vitória, 1º De Março, João Bosco Pinheiro.

Suelen Allend, secretária Municipal de Saúde, explica que, devido ao aumento da quantidade de chuvas neste ano, a prolife-

ração do mosquito da dengue aumenta significativamente.

"Estamos trabalhando para combater a proliferação do mosquito, com estratégias de controle vetorial e estratificação das áreas de risco. A ação principal são as visitas bimensais, com o objetivo de orientar a comunidade, impedir a reprodução de focos, evitar a formação de novos criadouros e executar o tratamento 100% de caixas d'água como medida complementar às orientações educativas", esclareceu.

Uma pesquisa, divulgada pela Sociedade Brasileira de Infecologia (SBI), revelou que 31% dos brasileiros acreditam que a dengue deixou de existir durante a pandemia de covid-19 no Brasil. No entanto, essa percepção vai na contramão dos dados do Ministério da

Saúde, que apontou um crescimento de 43,5% nas primeiras semanas de 2022.

Vale lembrar que a prevenção deve ser feita

por toda a sociedade. Quintais, calhas, caixas d'água e terrenos baldios devem sempre estar limpos. Recipientes que acumulem água,

como vasos de flores, devem ser substituídos por areia, evitando assim criadouros de larvas e a procriação do mosquito Aedes aegypti.



É importante manter quintais limpos, retirar recipientes abertos de locais descobertos e verificar caixas d'água

AGRO SUSTENTÁVEL

Proprietários de terra já começam a receber para manter floresta em pé, mas cobram melhor compensação pelos esforços de preservação

Produtores 'apresentam a fatura'

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed Cuiabá

ANS - nº 34208-4

Da redação

Produtores brasileiros que fazem mais do que o determinado pela legislação ambiental começaram a "apresentar a fatura" aos países e empresas poluentes, que exercem pressão sobre os ativos ambientais do país. Na região do Araguaia, em Mato Grosso, alguns proprietários de terras já começam a receber pelo esforço em manter a floresta em pé e contribuir na luta contra as mudanças climáticas.

O assunto foi tema do debate "Valorizando florestas em propriedades privadas: CONSERV no Araguaia", realizado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e a Liga do Araguaia, um grupo de pecuaristas dedicados à sustentabilidade. O programa CONSERV foi lançado pelo Ipam em 2020, em parceria com o EDF (Environmental Defense Fund) e com o

Woodwell Climate Research Center.

José Carlos Pedreira de Freitas, coordenador da Liga do Araguaia e do Instituto Agroambiental Araguaia, afirma que a visão dos fazendeiros que compõem a Liga é que a fazenda precisa ser entendida "como um todo" e não como uma divisão entre áreas produtivas, com zonas de cultivo e de preservação. A junção desses fatores permite o desenvolvimento dos "serviços ambientais", que podem ser comercializados com empresas e países.

De acordo com Pedreira, o valor pago por hectare preservado varia entre R\$ 250 e R\$ 370, mas é preciso que seja "excedente de reserva ambiental". Ou seja, uma área de preservação além do que determina o Código Florestal brasileiro.

"Tem fazendas que estão recebendo de R\$ 45 mil por ano até R\$ 400 mil por ano, de pagamento por serviços ambientais. Isto é a concretização desse dever, deste conceito", afirma Pedreira.

Cândido Bracher, banqueiro integrante do Conselho de Administração do Itaú Unibanco, destaca que os serviços ambientais podem se tornar uma



Presidente da Liga do Araguaia, Caio Penido lembra que as mudanças climáticas são resultado do modelo de desenvolvimento europeu

nova commodity e até competir com outras culturas do agronegócio. De acordo com o banqueiro, na Europa, onde o mercado está mais avançado e regulado, o preço da tonelada de carbono está em torno de 95 dólares, enquanto o mercado voluntário precifica o crédito de carbono em torno de 30 dólares.

Durante sua apresentação, Bracher destacou que, ao longo da história, os seres humanos sempre foram bons em colocar preços nas coisas

escassas, mas esqueceram de precificar o valor da atmosfera, que acumula mais de 16 trilhões de toneladas de carbono (CO2), influenciando diretamente as mudanças climáticas. Essas emissões ganharam ainda mais força após a Revolução Industrial, modelo econômico que foi replicado por países fora da Europa.

Cândido Bracher ainda afirma que a tendência é "inflacionar" os preços por esses serviços ambientais, assim como os árabes fizeram

com o petróleo nos anos 70. Ao perceberem que se tratava de um recurso cada vez mais escasso, os árabes, que são os maiores produtores de petróleo do mundo, triplicaram o valor do combustível.

"Agora, os árabes somos nós. O mundo tem essa crise e vai ter que pagar por isso. Agora, quem tem capacidade de capturar carbono da atmosfera? É o Brasil, que tem uma das matrizes energéticas mais limpas do planeta", afirma Bracher.

Caio Penido, presidente da Liga do Araguaia e do Instituto Mato-grossense da Carne (Imac), sempre faz questão de apresentar a fatura à Europa e aos demais países do hemisfério Norte. Ele lembra que os países desenvolvidos, nas últimas décadas, têm tentado criar soluções para as mudanças climáticas como se os responsáveis por essa mudança fossem exclusivamente os produtores brasileiros.

"É lógico que temos nossa parcela de responsabilidade, mas nosso modelo foi trazido pela Europa para cá. A Revolução Industrial ocorreu na Europa. Todo esse modelo de desenvolvimento insustentável veio do hemisfério Norte", dispara.

O debate foi mediado por André Guimarães, diretor-executivo do Ipam, e também teve participação de Lucimar Souza, diretora-adjunta de Desenvolvimento Territorial do Ipam, assim como outros produtores. Além da preservação da floresta em pé, as iniciativas também são voltadas para a recuperação de terras degradadas para aumentar o sequestro de carbono da atmosfera. O conteúdo está disponível no canal do Ipam, no YouTube.

VALORIZAÇÃO

Fim da vacinação deve abrir mercados para carne

Da redação

Com a suspensão da vacinação contra a febre aftosa, a partir de 2023, Mato Grosso terá abertura de novos mercados, entre eles o europeu, a Coreia do Sul e o Japão, é o que destaca a presidente do Indea, Emanuele Almeida.

"O fim da vacinação em Mato Grosso é um avanço para o melhor nível sanitário existente. Além da redução do custo com a aquisição da vacina, haverá a valorização da carne mato-grossense", destaca.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abas-

tecimento (Mapa) informou, no sábado (29), que Mato Grosso está apto a suspender a vacinação após a etapa de novembro de 2022, se preparando para mudar o status para livre de febre aftosa sem vacinação.

A suspensão faz parte do projeto de ampliação de zonas livres de febre aftosa sem vacinação no país. Para realizar a transição de status sanitário, os estados e o Distrito Federal atenderam aos critérios definidos no Plano Estratégico, que está alinhado com as diretrizes do Código Terrestre da Organiza-

ção Mundial da Saúde Animal (OIE).

Além de Mato Grosso, outros cinco estados brasileiros também conseguiram evoluir o status sanitário e suspender a vacinação a partir de 2023. Mato Grosso não registra nenhum caso da doença há 26 anos.

Em março deste ano, o Indea passou por auditoria do Mapa para avaliar se o órgão implementou o plano de ação que visa ajustar as não conformidades apontadas na auditoria realizada em maio de 2021.

Conforme a presidente do Indea, a au-

tarquia buscou cumprir integralmente os apontamentos. Além disso, houve investimento do Governo de Mato Grosso com a realização do concurso público para aumentar o número de servidores e aquisição de novas caminhonetes para dar melhores condições aos servidores no interior. Há também a parceria com os fundos para a aquisição de equipamentos, mobiliário e reforma das unidades do Indea.

O coordenador de Sanidade Animal do Indea, Felipe Peixoto, agradeceu o empenho dos ser-

vidores pela dedicação em chegar a esse resultado.

"O status internacional almejado, fortalecimento do serviço veterinário oficial e a melhoria dos níveis de avanço de cada atividade/programa, mensurados a cada auditoria Quali-SV, ainda demandam muito trabalho e dedicação, porém não há dúvida da competência e dedicação de todos nesse processo", comentou.

Atualmente, no Brasil, somente os estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Acre, Rondônia e partes

do Amazonas e do Mato Grosso têm a certificação internacional de zona livre de febre aftosa sem vacinação.

A meta do Ministério da Agricultura é que o Brasil se torne totalmente livre de febre aftosa sem vacinação até 2026.

Para o reconhecimento como zona livres de febre aftosa sem vacinação, a Organização Mundial da Saúde Animal exige a suspensão da vacinação e a proibição de ingresso de animais vacinados nos estados e regiões propostas por, pelo menos, 12 meses.

DANOS AMBIENTAIS

Usina Hidrelétrica é multada em R\$ 5 mi por morte de peixes

Renata Prata | Sema/MT

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema-MT) multou em R\$ 5 milhões a Usina Hidrelétrica de Manso após equipe técnica realizar vistoria para avaliar a ocorrência de morte de peixes no Rio Manso. No local, os técnicos identificaram marcas de traumas nos corpos dos animais, como falta de escamas e animais sem cabeça.

A vistoria ocorreu no último sábado, 30 de abril, em atendimento a uma denúncia de vídeo. A equipe constatou que a morte dos peixes foi provocada por erros de operação nos hidro-

geradores da usina APM Manso, de responsabilidade de Furnas - Centrais Elétricas S.A. que foi acionado com a presença de peixes no seu interior.

A Usina hidrelétrica do Manso possui quatro geradores, e acionar ou desligar algum deles é considerada uma manobra. No momento da visita dos técnicos da Sema, a usina operava com os hidrogeradores 1 e 4. Quando um gerador está desligado e vai ser acionado, é necessário que as comportas não sejam abertas para a entrada de peixes. Os geradores também só devem ser acionados sem os animais dentro.

As espécies mais afetadas foram Curimba ou Curimatá do gênero Prochilodus. Foi determinado que o empreendimento recolha os peixes mortos do Rio Manso. A quantidade de animais não foi possível de ser levantada.

AUTUAÇÃO - A multa de R\$ 5 milhões foi gerada pelo empreendimento agir em desacordo com a licença ambiental obtida ou contrariando normas legais e regulamentos pertinentes. Por deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução ou contenção em caso de risco ou de dano ambiental grave ou irreversível.

Box de vidro em diversas cores e modelos

PEÇA UM ORÇAMENTO!

(65) 3642-3344
(65) 9 9299-9226

CASA DOS VIDROS
www.casadosvidros.com.br

SOLIDARIEDADE EM AÇÃO

Ministra da Mulher, Cristiane Britto parabenizou a primeira-dama Márcia Pinheiro por projeto que atende órfãos de feminicídios

Projeto deve servir como referência

Vicente Aquino | Prefeitura de Cuiabá

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888**FARMÁCIA**
Unimed
Cuiabá**Da redação**

Durante visita a Cuiabá, a ministra da Mulher, Cristiane Britto, elogiou o projeto Solidariedade em Ação, idealizado pelo Núcleo de Apoio à Primeira-dama Márcia Pinheiro, que engloba as Secretarias de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência e da Mulher. A ação irá transferir meio salário mínimo a crianças órfãs em razão de feminicídios.

Segundo a ministra, o projeto pode servir como piloto e modelo para o Plano Nacional de Combate ao Feminicídio, que vem sendo desenvolvido pelo Ministério. A iniciativa adotada pela Prefeitura de Cuiabá é pioneira no país.

"Essa ação da Prefeitura de Cuiabá é uma forma de o Estado dizer que vocês não estão só neste momento e que a gente precisa pensar nesses órfãos. Lançamos neste ano um Plano de Ação de Enfrentamento ao Feminicídio e uma

dessas ações é chegar aos órfãos, por isso que é tão emblemático é tão importante para nós estarmos participando de algo que pode servir como modelo para execução do nosso plano", declarou Cristiane.

Márcia idealizou o projeto ainda em 2021 e este ano entrou em execução para beneficiar até 20 crianças, sendo 8 já beneficiadas com a primeira parcela. "Meio salário mínimo é uma excelente ajuda, mas nosso desejo é que esse valor seja disponibilizado de forma individual, por criança. Muitas famílias não têm condições de se desdobrar para acolher os pequeninos. A violência doméstica precisa ser erradicada, para que possamos nos livrar deste mal e mudar essa realidade", disse.

Segundo a secretária da Pasta da Mulher, Celly Almeida, trata-se de um dia histórico no calendário municipal, tendo em vista a chegada do Dia das Mães, celebrado no próximo domingo (8). "Hoje é um dia memorável, pois estamos avançando com políticas públicas em prol dessas crianças que perderam suas mães em virtude do mal do século, chamado feminicídio. Queremos de alguma forma tentar amenizar as consequências traumáticas causadas na vida delas.

Uma gestão humanizada tem sido feita pelo nosso prefeito Emanuel Pinheiro e a nossa primeira-dama Márcia Pinheiro", completou.

Pai de uma vítima de feminicídio, J. relatou que jamais imaginou passar por episódio desta natureza e agradeceu profundamente a equipe pela ajuda financeira para ajudar na criação do neto. "O que vocês estão fazendo é de Deus, estão nos ajudando muito mesmo. Quero agradecer a essa equipe maravilhosa que está de parabéns. Nunca imaginei passar por isso, mas hoje tem pessoas que olham por nós", concluiu.

Entre os principais pontos necessários para concessão do benefício estão a presença no Cadastro Único; comprovação de matrícula escolar e renda familiar de até R\$ 3,5 mil. O direito é válido por um ano, podendo ser renovado por mais um.

"[A ministra] esteve aqui para assinar a transferência e disse acreditar que a ação, idealizada pela gestão, esse cuidado, terá repercussão nacional pois considera que seja uma das melhores leis do país, que terá reflexos em todas as cidades, e ganhará projeção até internacional. Vamos garantir o benefício por



A ministra Cristiane Britto elogiou o projeto Solidariedade em Ação idealizado pela primeira-dama Márcia Pinheiro

criança. E já projetamos ampliar o pagamento e já determinei um estudo para que possamos garantir, via projeto de lei, ampliar o atendimento até a maioria", disse o prefeito Emanuel Pinheiro.

AÇÕES DE IMPACTO

O trabalho da primeira-dama Márcia Pinheiro vem ganhando destaque nacionalmente na

área da mulher e na luta da igualdade de gênero. Em, 2019 ela ganhou dois prêmios de expressão nacional pelo projeto Qualifica Cuiabá, que já certificou mais de 5 mil pessoas, sendo mais de 4 mil mulheres.

Também foi convidada pela ministra Dantes Alves, na época, a integrar a comitiva brasileira na Organização das

Nações Unidas, em Nova Iorque, para apresentar os resultados do programa de qualificação profissional que tem quebrado o ciclo da violência doméstica em Cuiabá.

Em 2019, quando o programa estava no auge, a capital de Mato Grosso chegou a registrar zero feminicídios.

(Com Assessoria de Imprensa)

ANS - nº 34208-4

DESCONTOS EXCLUSIVOS NO PLANO UNIMED ODONTO

PLANOS UNIMED PARA VOCÊ, SUA FAMÍLIA E SUA EMPRESA.

MÊS DAS MÃES
UNIMED CUIABÁ

DESCONTOS NO COMBO

UNIMED SAÚDE + UNIMED ODONTO

e ainda: **carência zero** para consultas e exames simples.

Ligue agora 3612-3101

DESCONTOS ESPECIAIS NO PLANO DE SAÚDE + DESCONTOS EXCLUSIVOS NO PLANO UNIMED ODONTO

DESCONTOS ESPECIAIS NO PLANO DE SAÚDE

CUIDAR DE VOCÊ. ESSE É O PLANO.

Aponte a câmera do seu celular

Entre o dia 02 a 31 de maio de 2022 será realizada a Campanha de vendas mês das mães Unimed Cuiabá. Para as vendas neste período, será concedido desconto na tabela de preço e redução de 60 (sessenta) dias nas carências, exceto para partos e patologias preexistentes. O desconto e a redução nas carências serão concedidos exclusivamente aos novos clientes que contratarem planos individuais/familiares e empresariais a partir de 3 vidas. Cobertura e critérios de acordo com o contrato firmado, bem como a lei nº 9.856/98 da ANS - Agência Nacional de Saúde e posteriores atualizações definidas pela agência reguladora. Todas as vantagens anunciadas são válidas somente para o período da promoção e aplicam-se aos novos planos (não sendo válida para planos já existentes/migração). As informações e regras acima não se aplicam ao plano odontológico